

PENSAR O GRANDE PORTO

Dulce Andreia Gomes¹

Filipa Eduarda Gomes²

¹ Licenciada em Engenharia do Ambiente

² Estudante do 3.º ano de Arquitectura Paisagista, Faculdade de Ciências do Porto

UMA CIDADE DIFERENTE



ÍNDICE

Introdução	PÁG 3
Capítulo I – Projecto do Ambiente Urbano	PÁG 5
I.1. – Antecedentes	PÁG 7
I.2. – Enquadramento Legal	PÁG 8
I.3. – Acções e Objectivos	PÁG 10
Capítulo II – Caso de Estudo	PÁG 11
II.1. – Enquadramento do Local de Estudo	PÁG 12
II.2. – Levantamento	PÁG 13
II.3. – Diagnóstico dos Principais Problemas	PÁG 15
II.4. – Soluções	PÁG 17
Conclusão	PÁG 19
Bibliografia	PÁG 20

INTRODUÇÃO



When we realise that how we live affects the well-being of other people and other living creatures, what dies is our scepticism about our ability to make things better. What's born is the realization that we can make a difference and, what's more, that if we aspire to a better world, that it is up to us to make it happen.

www.google.com

Quando observa o mundo, o ser humano procura impor ordem naquilo que observa, interagindo em função do reflexo das suas experiências pessoais, as quais se reflectem no meio que o rodeia. Face a esta necessidade de compreender e moldar o seu espaço de vivência, o Ordenamento Físico do Território tem vindo a afirmar-se como um dos instrumentos, que ao longo do tempo, se traduziu em diversas formas. É neste ambiente de constante mutação, provocada pela acção humana e/ou induzida pelos agentes naturais, que urge intervir face à exploração abusiva dos recursos do território.

No domínio do Planeamento do Território e Ambiente, os desafios que hoje se colocam à Administração Pública (seja ao nível central ou local), às Instituições de Ensino e Investigação e aos diversos Agentes Privados, são substancialmente diferentes e necessariamente mais exigentes do que aqueles que se colocavam há uma ou duas décadas atrás.

As sociedades industriais atravessam uma fase crucial da sua evolução, em que o paradigma de desenvolvimento durável constitui uma mudança radical de perspectiva, ou seja, a cidade, outrora símbolo de cultura e bem-estar, é invadida por um discurso que a associa, com conotações pejorativas à poluição e urbanismo desenfreado.

Pensar a cidade é pensar no seu planeamento e ordenamento, considerando a necessidade política de interesse colectivo, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável - economicamente viável, socialmente aceitável e ambientalmente respeitável.

A Cidade apresenta reticências relativas às questões ambientais e uma série de patologias sociais e ambientais que devem ser diagnosticadas e correctamente solucionadas.

Actualmente, a resolução desta problemática ambiental nas cidades passa pela planificação de uma rede de espaços abertos de sociabilização e de comunicação, com a utilização de vastas superfícies de terrenos hoje desactivados e outrora ligados ao contexto da revolução industrial.

Na cidade, a produção e conservação de pequenos e grandes espaços livres e abertos, como caminhos, corredores verdes e praças, considerados como espaços de circulação e de reencontro com funções destinadas a actividades como o lazer e o repouso, surgem, cada vez mais, como elementos constitutivos da qualidade de vida e da sociabilização no meio urbano. A alienação da natureza confrontada com os espaços habitados oferece a possibilidade de tornar a vida na cidade mais viável e de revitalizar socialmente o espaço urbano.

Neste contexto a relação entre a cidade e o seu envolvimento apresenta mudanças lentas, independentemente da insuficiência dos espaços ambientais continuarem ainda a constituir um fenómeno frequentemente negligenciado pelos responsáveis das políticas locais. Existe a consciência que nem sempre as autarquias atribuem à conservação dos espaços livres e abertos uma representação social, ecológica e estratégica.

Por fim, resta, a todos os que contribuem, individualmente ou colectivamente para a melhoria da cidade traçarem uma contínua perseguição de esperança, do desejo que as opções políticas para a sua cidade, em matéria de ambiente, sejam e visem agir, tão rápido quanto possível, sobre o seu conceito de vida para desta forma defender ou melhorar a sua qualidade.

CAPÍTULO I – PROJECTO DO AMBIENTE URBANO



Cities and towns are engines of progress, the source of much of the world's cultural, intellectual and technological achievements and innovations.

www.google.com

As políticas de desenvolvimento, baseadas, exclusivamente em preocupações económicas, conduziram a uma degradação da qualidade de vida das populações e à destruição do ambiente, muitas vezes de forma irreversível.

Estes problemas, levaram a uma tomada de consciência com o aparecimento de novas políticas, conceitos e a uma nova perspectiva sobre a problemática ambiental. Assim, não é unicamente o crescimento sócio-económico que é contabilizado quando se estabelecem políticas de desenvolvimento, a defesa do ambiente surge também como um factor cada vez mais importante.

Neste sentido, o conceito de Ambiente Urbano é cada vez mais relevante se pensarmos que cerca de 60% dos portugueses e 80% dos europeus vivem em cidades, sendo a União Europeia a região mais urbanizada do mundo (Comissão Europeia, 1996).

Hoje em dia, se pensarmos no Ambiente, menos numa perspectiva das consequências e mais numa perspectiva das causas ou fontes diversas de alterações ambientais, facilmente entendemos a importância da perspectiva urbana na questão ambiental.

Sabemos, que por um lado, as áreas urbanas são sobretudo áreas consumidoras de recursos, por outro lado as áreas urbanas são áreas responsáveis pela produção da maioria dos distúrbios ambientais, nomeadamente a poluição.

Um Projecto de Ambiente Urbano visa acompanhar e interpretar de forma sistemática as principais dinâmicas e transformações de uma cidade com implicações nos padrões

de qualidade de vida do cidadão, avaliar os resultados de políticas e medidas de intervenção, e apoiar e quantificar metas ou objectivos de desempenho exigem um esforço de rigor, mas sobretudo de persistência ao longo do tempo.

Por definição os sistemas urbanos são complexos e é pois natural que a selecção de indicadores para os caracterizar e dar apoio no conhecimento, no planeamento e na gestão das cidades, não seja também um processo isento de complexidade.

No seu conjunto eles fornecem, um manancial de elementos para reflexão e de pistas concretas para o desenvolvimento do projecto, no plano metodológico, na leitura feita sobre a realidade actual do Porto e, sobretudo, em termos conceptuais, na própria problematização que é feita do conceito de ambiente urbano, das relações que se estabelecem a partir deste e dos desafios que coloca no actual contexto de desenvolvimento urbano.

A selecção de determinados indicadores obedece a objectivos específicos pretendidos neste caso, do ambiente urbano de uma área específica da cidade do Porto, estando a serem referidos indicadores a nível local.

No presente trabalho, a selecção dos indicadores ambientais efectuada e apresentada no capítulo seguinte, tem como base o conhecimento do sistema urbano da cidade do Porto e a disponibilidade de dados. O Sistema Ambiental da cidade ainda não está suficientemente conhecido e diferenciado dado que as transformações ocorridas na cidade a partir da década de 90 são imensas e com perspectivas bem diferenciadas, desde o aumento da impermeabilização do solo à diminuição da população residente.

Como qualquer trabalho, existiram necessariamente dificuldades inerentes à selecção dos indicadores, mas que, uma vez ultrapassadas, resultaram num quadro equilibrado, mediante um levantamento coerente e um diagnóstico conciso apresentando soluções exequíveis.

I.1. – ANTECEDENTES

O primeiro projecto a nível comunitário em relação ao ambiente urbano foi o 4.º Programa de Acção em Matéria de Ambiente (1987-1992), que resultou o livro Verde sobre o Ambiente Urbano, preparado em 1990 pela Comissão das Comunidades Europeias, onde são apontados os principais problemas das áreas urbanas e se definem duas áreas prioritárias viradas para a redução de impactes das actividades urbanas sobre o ambiente. A necessidade de uma avaliação e monitorização das condições ambientais da cidade, são também apontadas como fundamentais neste Livro.

Desde então a comissão europeia tem desenvolvido outras iniciativas sobre este tema:

- Projecto "Cidades Sustentáveis" (lançado, em 1993, pelo Grupo de peritos sobre o Ambiente Urbano) e a Campanha das Cidades e Vilas Sustentáveis;
- 1ª Conferência Europeia das Cidades Sustentáveis em 1994 na Dinamarca na qual foi aprovada a Carta da Sustentabilidade das Cidades Europeias ou Carta de Aalborg;
- 2ª Conferência Europeia das Cidades Sustentáveis em 1996 na capital portuguesa (na qual foi aprovado o Plano de Acção de Lisboa: da Carta à Acção).

Nestas duas conferências pretendia-se incentivar o cumprimento da Agenda Local 21 aprovada no Rio de Janeiro (1992) e da Agenda Habitat (aprovada na Conferência das Nações Unidas - Habitat II em Istambul, em 1996).

I.2. – ENQUADRAMENTO LEGAL

Se na Constituição da República Portuguesa de 1976, são definidas como tarefas fundamentais do Estado, artigo 9.º, “ (...) defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correcto ordenamento do território”, na Lei n.º 11/87 de 7 de Abril, Lei de Bases do Ambiente, é reforçada a intervenção estatal como entidade, que por excelência, deve orientar a aplicação das normas que estabelecem e consignam o Ordenamento do Território.

A Lei n.º 11/87 de 7 de Abril, Lei de Bases do Ambiente, define as bases da Política de Ambiente, em cumprimento do disposto nos artigos 9.º e 66.º da Constituição da República Portuguesa de 2 de Abril de 1976.

O objectivo “a existência de um ambiente propício à saúde e bem-estar das pessoas e ao desenvolvimento social e cultural das comunidades, bem como à melhoria da qualidade de vida, pressupõe a adopção de medidas que visem (...) ” (artigo 4.º) “a promoção de acções de investigação quanto aos factores naturais e ao estudo do impacto das acções humanas sobre o ambiente, visando impedir no futuro ou minimizar e corrigir no presente as disfunções existentes e orientar as acções a empreender segundo normas e valores que garantem a efectiva criação de um novo quadro de vida, compatível com a perenidade dos sistemas naturais” (artigo 4º, alínea f).

Tabela I.1. – Descrição das componentes ambientais naturais e humanas

Componentes ambientais naturais		Componentes ambientais humanos	
Artigo 8.º	Ar	Artigo 18.º	Paisagem
Artigo 9.º	Luz e níveis de intensidade	Artigo 20.º	Património natural e construído
Artigo 10.º	Água	Artigo 21.º	Poluição
Artigo 13.º	Solo	Artigo 22.º	Ruído
Artigo 14.º	Subsolo	Artigo 23.º	Compostos químicos
Artigo 15.º	Flora	Artigo 24.º	Resíduos e efluentes
Artigo 16.º	Fauna	Artigo 25.º	Substâncias radioactivas

Componentes ambientais utilizadas como indicadores no caso de estudo.

A Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto, Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo, estabelece as bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo.

Os Instrumentos de Gestão Territorial, definidos no artigo 8.º da presente Lei de Bases, são constituídos por três âmbitos, nos quais se destaca o âmbito municipal.

Tabela I.2. – Instrumentos de Gestão territorial, âmbito municipal

PDM	PU	PP
Estabelece a estrutura espacial, a classificação básica do solo e os parâmetros de ocupação com base na implantação dos equipamentos.	Desenvolvem em especial a qualificação do solo urbano	Definem com detalhe o uso de qualquer área delimitada ao território nacional
Desenvolve a qualificação dos solos urbano e rural		

I.3. – ACÇÕES E OBJECTIVOS

A cidade para atingir uma Qualidade Ambiental, definida como essencial para o bem-estar da população e do ambiente urbano, apresenta uma série de acções:

- Estabelecimento de uma repartição geográfica mais racional das actividades económicas;
- Restabelecimento dos equilíbrios desfeitos entre a capital e a província, entre o litoral e o interior, entre regiões desenvolvidas e regiões subdesenvolvidas ou em vias de desenvolvimento;
- Descentralização geográfica da localização dos serviços públicos e das indústrias;
- Preservação das orlas marítimas, dos solos agrícolas e das zonas florestais;
- Criação de novas cidades ou de pólos de crescimento industrial e urbano (metrópoles de equilíbrio);
- Travagem da expansão desmesurada das grandes cidades, e resolução dos problemas de articulação entre estas e os respectivos núcleos suburbanos por elas satelizados.



O Ordenamento do Território tem por objectivo, a distribuição óptima do espaço regional, gerindo as suas fontes de riqueza e os núcleos populacionais, organizando-se hierarquicamente em conexão com outras áreas regionais, não perdendo de vista a estruturação global nacional.

Neste sentido planear o território é prever necessidades, definir objectivos, estabelecer programas e implementar projectos, numa atitude de reajustamento sucessivos, de acordo com determinadas previsões e vontades, em diversos domínios.

CAPÍTULO II – CASO DE ESTUDO



A paisagem é um reflexo das relações, o local por excelência das decisões irreversíveis e o palco onde decorrem os exercícios de ordem e de desordem a que desde sempre nos temos entregado.

www.google.com

O estado do ambiente urbano é uma questão fundamental com implicações locais, europeias e globais. O depauperamento dos recursos e o aumento da poluição têm impacto nos ecossistemas locais, regionais e globais e impõem custos de natureza diversa aos cidadãos, empresas e administrações urbanas.

Nos últimos anos houve um crescimento assinalável da pertinência das questões da gestão da sustentabilidade das cidades nas suas múltiplas dimensões. Por essa via, procuram-se soluções e modelos muito variados de promoção do desenvolvimento. Esta procura passa pela utilização de novas ferramentas e instrumentos, como os sistemas de informação geográfica e as bases de dados, pela constituição de novos enquadramentos legais e institucionais e, entre outras, pela utilização de novas ópticas de abordagem do problema.

A generalizada pobreza do tratamento das questões ambientais nos documentos base de gestão dos espaços urbanos de que dispomos actualmente, dos quais se destacam os Planos Directores Municipais, é preocupante e urge por isso avançar rapidamente para a preparação de Agendas Locais 21, ou Estratégias Municipais de Sustentabilidade e Requalificação Ambiental.

Neste sentido, este projecto tem como objectivo promover a valorização do capital natural do espaço urbano, cuja proposta e iniciativa possam ser vertidas num documento de planeamento e gestão urbanística com efectivas consequências na cidade do Porto e contribuir na organização e valorização dos Planos de Urbanização e de Pormenor.

Este Capítulo é complementado por uma apresentação onde se destaca os mapas e enquadramentos da cidade de acordo com os indicadores seleccionados.

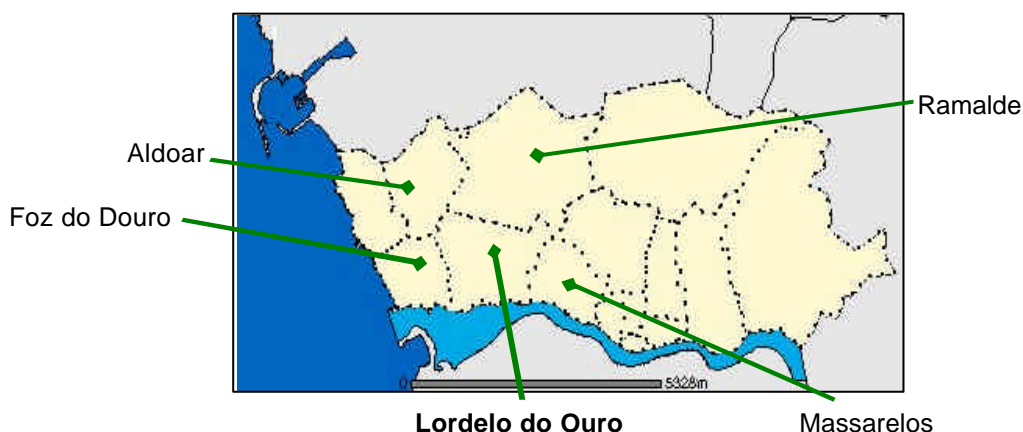
II.1. ENQUADRAMENTO DO LOCAL DE ESTUDO

A cidade do Porto apresenta localizações de edifícios em leitos de cheias de ribeiras, encostas abruptas e solos férteis; destruição dos recursos do território; desenho simplista de arruamentos e edifícios de grande volumetria.



Área Total 42 KM ²
Freguesias 15
Densidade Populacional 6 146 Hab/Km ²
População Residente 258 134

A freguesia de Lordelo do Ouro, onde está situado o caso de estudo, apresenta uma área total de 340 ha e uma população de 22 212. As freguesias vizinhas são Aldoar, Foz do Douro, Massarelos e Ramalde.



Os limites são:

Norte – Avenida da Boavista

Este – Via de cintura interna

Sul – Rua do Campo Alegre

Oeste – Rua de Serralves



II.2 – LEVANTAMENTO

Para planear é importante definir as unidades que vão estruturar e identificar um determinado espaço. Esta estruturação e identificação vão ser elaboradas através do levantamento, sendo este a fase inicial de todo o trabalho de execução.

O levantamento consiste numa inventariação de elementos e tipologias significativas do espaço em estudo e numa caracterização dos principais parâmetros, tais como, a ocupação do solo, a rede viária, a edificação e as diferentes tipologias de espaços verdes.

Neste sentido, o levantamento realizado abrange diferentes tipologias entre as quais:

- **Áreas edificadas de habitação colectiva** – incluem todos os prédios de habitação com mais de 2 andares e que ocupam uma área significativa do local de estudo;
- **Áreas de habitação singular** – compreende as moradias uni familiares que ocupam uma pequena parte da área de estudo;
- **Áreas industriais** – áreas com grande expressão, influenciando o carácter do espaço;
- **Áreas industriais desactivadas** – compostas por pequenas fábricas que se instalaram nas margens da ribeira para aproveitamento das suas potencialidades, mas, que actualmente se encontram abandonadas;
- **Áreas comerciais** – constituídas por estabelecimentos de serviço público (hipermercado);
- **Áreas de interesse patrimonial** – áreas que incluem uma antiga quinta, moinho e pequenas casas senhoriais que pela sua dimensão, arquitectura, função e por serem representativas de uma época possuem um carácter extremamente importante;
- **Áreas de equipamento** – consideradas como tais as áreas de serviços (Junta de freguesia e Centro de Saúde), o cemitério e o Ipanema Park Hotel;
- **Circulação automóvel e pedonal** – a circulação pedonal (passeio) feita em acompanhamento da circulação automóvel, havendo várias vias estruturantes no

espaços tais como a via de cintura interna, a rua de Campo Alegre, a rua de Serralves e o Nó da Boavista/Foz e a rua de Grijó;

- **Áreas verdes de espaço canal** – as áreas adjacentes às linhas de circulação estando representadas por massas de vegetação localizadas em taludes;
- **Áreas verdes associadas a edifícios** – compreendem as áreas correspondentes a 15% regulamentado por lei para cada área edificada, sendo constituídos por pequenos espaços tais como logradouros;
- **Áreas verdes com potencialidade de uso público** – as áreas que se situam nas margens da ribeira da granja e em zonas de encostas e recolha de aquíferos.

II.3. – DIAGNOSTICO DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS

As políticas de revitalização e reabilitação urbanas poderão constituir efectivas políticas de ambiente em espaço urbano.

Os dados que nos permitem caracterizar o estado do ambiente urbano nas principais cidades e áreas metropolitanas do Continente são muito escassos e dispersos. De um ponto de vista das principais disfunções ambientais, encontramos nas áreas urbanas, a nível do ruído e da poluição atmosférica, os maiores problemas, nomeadamente na Cidade do Porto.

Mas as questões do ambiente urbano não se esgotam nos problemas de poluição atmosférica e do ruído, a conservação da natureza no espaço urbano, é infelizmente bastante defraudada actualmente.

As administrações urbanas também têm de lidar com aumentos consideráveis do volume, diversidade e perigosidade dos resíduos sólidos e da quantidade de águas residuais e esgotos que requerem um tratamento eficaz.

A má gestão dos resíduos leva à deterioração das paisagens, à contaminação da água e do solo, à criação de biótopos de pragas e à transmissão de doenças.

O caso de estudo analisado necessita igualmente de minimizar e gerir os riscos ambientais, nomeadamente:

- **Indústrias (D1)**, o seu desenvolvimento, desde sempre, aconteceu de uma forma desenfreada e incoerente com o Planeamento e Ordenamento do Território. Deste facto, resultou a concentração industrial em áreas geográficas limitadas, provocando casos específicos e localizados de poluição e não se enquadrando na malha urbana causando um desagradável impacto visual.
- **Indústrias desactivadas (D2)**, encontram-se abandonadas estando sujeitos a actos de vandalismo tornando-se perigosas para os habitantes que moram nos arredores das mesmas.
- **Edifícios ou imóveis de interesse patrimonial (D3)**, são representativos de uma época, de um estilo, de uma classe social ou simplesmente com uma função muito importante encontram-se em avançado estado de degradação. A necessidade de proteger e valorizar o património cultural é importante em todos os tipos de zonas urbanas.

- **Edifício de habitação colectiva (D4)**, a sua expansão reduz o valor ambiental de extensas zonas durante um período indefinido sendo a qualidade dos edifícios e das infra-estruturas é uma questão importante nas zonas urbanas.
- **Áreas em construção (D5)**, são áreas permeáveis com forte potencialidade de desenho urbano.
- **Circulação pedonal e automóvel (D6)** apresentam problemas de interface como: dimensão dos passeios, o estacionamento ilegal, pavimentos destruídos, escassez de árvores de arruamento que vai provocar um maior contacto físico e psicológico entre o peão e o automóvel tornando o trajecto desagradável.
- Nas **áreas verdes de enquadramento de espaço canal (D7)** a vegetação encontra-se algo dispersa conduzindo a uma incorrectamente execução da sua função.
- **Áreas verdes urbanas com potencialidade de uso público (D8)** são aquelas que abrangem o leito de cheias, a zona de recarga de aquíferos, e uma vasta área adjacente à ribeira da granja. A sua perda, tanto nas zonas urbanas como em volta delas, representa uma ameaça para a biodiversidade, bem como para a qualidade de vida dos cidadãos. Estas zonas encontram-se abandonadas, com grandes problemas de poluição, caracterizando-se também por haver um mau aproveitamento do espaço.
- **Áreas verdes associadas a edifícios (D9)** são áreas que pela sua dimensão não apresentam qualquer interesse de uso público.

II.4. – SOLUÇÕES

As políticas baseadas nos princípios da eficiência dos recursos podem levar simultaneamente a menores impactos ambientais e maiores economias de custos, sendo portanto justificadas em termos económicos e ambientais.

A promoção da qualidade do ambiente urbano não passa, como alguns parecem fazer crer, por investimentos em mobiliário urbano ou intervenções de mera qualificação estética e urbanística.

Deste modo, as propostas e soluções, tabela II.1, que lançamos numa futura requalificação do caso em estudo, são apresentadas de uma forma em que a sustentabilidade é consagrada numa contínua melhoria e uma utopia desenfreada.

Tabela II.1 – Proposta e soluções apresentadas no caso de estudo

	Solução
D1	A transferência destas para uma zona industrial adequada possibilitando a requalificação da paisagem urbana.
D2	Por se encontrarem abandonadas, propõe-se a sua demolição e possível integração do espaço que ocupam num parque público.
D3	Recuperação destes edifícios e a atribuição aos mesmos de funções que possam preservar os mesmos como por exemplo um Centro de exposições.
D4	A criação de jardins de cobertura possibilita que haja um acesso a mais um espaço verde melhorando a qualidade de vida dos seus moradores.
D5	São áreas permeáveis com forte potencialidade de desenho urbano possibilitando que no mesmo se levem em consideração o aumento dos espaços verdes mas também um melhoramento nas acessibilidades.

D6	Resolução dos problemas de interface: rever não só a dimensão dos passeios mas também a sua tipologia de construção; criar novos lugares de estacionamento mas também melhorar os existentes talvez com a implementação de árvores em caldeira; implementação de árvores de arruamento melhorando o percurso pedonal diminuindo o contacto físico e psicológico com a circulação automóvel.
D7	Estas áreas são uma potencialidade a manter e aumentar, criando maiores massas de vegetação, funcionando como protecção visual e sonora, proporcionando a possibilidade de enquadramento de circulação.
D8	Apresentam um forte potencial para a projecção de um contínuo verde urbano e integração numa estrutura verde ecológica da Área Metropolitana do Porto. Existem espaços como aquele que se encontra a norte do espaço, adjacente ao nó da Boavista/Foz que possuem uma difícil acessibilidade à população sendo por isso espaços que sofrendo uma recuperação e conservação podem promover a biodiversidade e a criação de nichos ecológicos devido à presença de água e de massas vegetativas.
D9	São áreas que pela sua dimensão não apresentam qualquer interesse de uso público, por isso, propõe-se a sua substituição por árvores em caldeira que vão criar um contínuo verde.

CONCLUSÃO

Um aspecto importante que transita para o presente século é consagrado na importância que o desenvolvimento sustentável assume nas cidades, em particular, no funcionamento da economia e na vida das pessoas. Podemos, sem grande risco, afirmar que a maioria dos eventos marcantes da história recente tem uma dimensão urbana. As cidades estiveram, estão e estarão sempre associadas a importantes acções na qualidade do ambiente urbano e proporcionalmente na qualidade de vida das populações.

Como premissas conclusivas, dentro dos limites deste trabalho, propomos alguns aspectos relevantes e novas questões para o tema tratado, considerando sempre o planeamento estratégico aliado a uma percepção e execução do espaço urbano, constantemente alicerçado a uma interpretação analista das actuais políticas de Ordenamento de Território:

- Sendo os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e o Desenho Assistido por Computador (CAD), instrumentos fundamentais na Gestão Urbana, optamos, por uma análise de mapas e imagens produzidas, pois defendemos que a utilização destes instrumentos é crescentemente responsável por uma melhoria na produção e interpretação do espaço urbano contemporâneo;
- Promover a criação de serviços de alta tecnologia em informação, nomeadamente nas Tecnologias de Informação e Comunicação e investir no aprofundamento do programa de turismo que inclua a promoção exterior da cidade e a sua inclusão nos circuitos turísticos mundiais, a promoção e captação de grandes eventos e a ampliação das infra-estruturas culturais;
- Estará o Ambiente Urbano fortemente ligado a ideologias políticas, em vez de contemplado nas verdadeiras questões do planeamento? Sugerimos, que esta questão seja respondida através de fóruns de debate acerca dos grandes investimentos que hoje transformam as cidades;

O presente projecto defende que a Sustentabilidade Ambiental apresenta hoje em dia uma relação contraditória nas cidades. Mas, apesar, de todas as dificuldades e perspectivas discutidas ao longo desta execução, é nelas que vivemos e que procuramos a resposta para muitas das nossas necessidades.

BIBLIOGRAFIA

Livros consultados

Comissão das Comunidades Europeias. (1991). *Livro Verde sobre o Ambiente Urbano*.

Goitia, F. C. (2003). *Breve História do Urbanismo*. Editorial Presença. Lisboa.

Magalhães, M. R. (2001). *A Arquitectura Paisagista – morfologia e complexidade*. Editorial Estampa. Lisboa.

Comissão das Comunidades Europeias. (2004) *Comunicação da Comissão ao conselho, ao parlamento europeu, ao comité económico e social europeu e ao comité das regiões – Para uma Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano*

Legislação

A Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto, Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo.

A Lei n.º 11/87 de 7 de Abril, Lei de Bases do Ambiente.

Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, define o regime aplicável dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Sites

www.iambiente.pt

www.google.com

www.inag.pt

www.futurosustentavel.org

www.cm-porto.pt

www.ine.pt